



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2011.0000241027

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0027471-22.2005.8.26.0032, da Comarca de Araçatuba, em que é apelante MARCELO KAZUO MATSUOKA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado LUIZ ANTONIO CARDANI (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCOS RAMOS (Presidente), ANDRADE NETO E ORLANDO PISTORESÍ.

São Paulo, 19 de outubro de 2011.

Marcos Ramos

RELATOR

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

14.506

Apelação sem Revisão nº 0027471-22.2005.8.26.0032
Comarca: Araçatuba
Juízo de Origem: 1ª. Vara Cível
Ação Civil nº 032.01.2005.027471-5/000000-000
Apelante: Marcelo Kazuo Matsuoka
Apelado: Luiz Antonio Cardani
Classificação: Acidente de veículo automotor – Indenização

EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito - Ação de indenização por danos materiais e morais – Demanda de condutor de motocicleta contra motorista do outro veículo envolvido no acidente - Sentença de procedência – Manutenção do julgado – Necessidade – Responsabilidade exclusiva do réu – Inteligência do art. 186, do CC/2002.

Apelo do réu desprovido.

VOTO DO RELATOR

Cuida-se de recurso de apelação interposto em ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito envolvendo veículos automotores, proposta por Luiz Antônio Cardani em face de Marcelo Kazuo Matsuoka, onde proferida sentença que julgou procedente a pretensão deduzida para condenar o réu no pagamento em favor do autor do valor de R\$ 1.194,72, referente ao reparo da motocicleta, além da quantia de R\$ 100,00 relativa à liberação do veículo, com acréscimo de atualização monetária desde a elaboração dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

orçamentos e recibos, e juros de mora da data do fato.

Restou condenado, ainda, no pagamento de pensão mensal de 1,6 salários mínimos, a todo dia 30 de cada mês, a contar do fato até a data em que o autor viesse a se aposentar por tempo de serviço. Para pagamento único, a critério do autor, fixado o valor de R\$ 148.800,00. Sobre os valores atrasados incidem juros moratórios e correção, desde cada vencimento.

Por fim, a título de danos morais, ficou condenado no pagamento de R\$ 23.250,00, com atualização a contar da sentença e juros de mora da data do fato. Ante a integral sucumbência, deverá arcar com as custas, despesas processuais e honorários fixados em 15% do valor da condenação.

Aduz o réu, com preliminares de cerceamento de defesa e nulidade de citação, que a sentença merece integral reforma sob alegação, em apertada síntese, de que não restou demonstrada a sua culpa pelo acidente. Acresce que a prova testemunhal produzida não pode determinar o resultado do julgado, não havendo outros elementos a corroborar a versão do autor. Por fim, impugna as condenações ao pagamento de pensão mensal e indenização por danos morais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Apresentadas as contrarrazões, vieram os autos conclusos a este relator.

É o relatório.

Afasto, por primeiro, a preliminar de cerceamento de defesa.

Apesar da não ocorrência de intimação pessoal do requerido para depoimento pessoal e arrolamento de testemunhas, posto que residente no Japão (fls. 209), o seu patrono foi regularmente intimado (fls. 208 – verso).

Nesse passo, restou oportunizado ao requerido o arrolamento de testemunhas.

Não se verificou, outrossim, a alegada nulidade de citação por edital, ocorrida em observância aos arts. 231 e 232, do Código de Processo Civil.

No mérito, o apelo não comporta acolhimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Permanece incontroverso nos autos que no dia 11 de novembro de 2005, às 15:24h, o autor transitava com sua motocicleta Honda-CG Titan 125cc, placas CJG 3961, pela Rua Aguapeí, em Araçatuba, quando na rotatória com a Avenida Mário Covas teve sua trajetória interceptada pelo veículo do réu, marca Ford-Escort, ano 1998, placas CMX 2266.

Ao argumento de que o réu agiu de forma imprudente e negligente ao invadir a pista onde a motocicleta era conduzida, o autor requereu sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais.

O réu foi citado por edital (fls. 57/58).

Em contestação, patrocinada por curador especial, limitou-se a sustentar a não caracterização da sua culpa.

Após, o requerido constituiu procurador nos autos (fls. 183/185).

Sem apresentar sua versão dos fatos, reiterou a inexistência de provas necessárias ao decreto condenatório.

Não socorre ao apelante singela alegação de insuficiência de provas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Consta do Boletim de Ocorrência de fls. 09/10 que ambos os veículos trafegavam pela Rua Aguapeí, mas em sentidos contrários.

De acordo com as informações prestadas pelo réu à autoridade policial: *“momentos antes, no mesmo local, havia ocorrido um outro acidente e para desviar da viatura do Resgate que ali estava fazendo os primeiros socorros, desviou para fazer a rotatória onde foi atingido pela moto.”*

A testemunha Nelson Marques Filho, policial militar do “Resgate” que no momento fazia atendimento a outro acidente, assim reportou:

“O motociclista vinha num sentido e o motorista do automóvel no oposto. O depoente pode perceber que o motorista do automóvel ficou olhando o pessoal que estava fazendo o resgate e quando chego próximo convergiu à esquerda sem notar o trânsito que vinha na outra pista de sentido. Assim fazendo o motorista do Escort acabou cruzando na frente do motociclista e houve a colisão.” – fls. 225.

Os depoimentos das testemunhas Gileno Bezerra dos Santos (fls. 227/228) e Rodrigo Barbosa dos Santos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

(229/230) revelaram a mesma dinâmica dos fatos.

O sistema geral que instrui a responsabilidade civil no nosso ordenamento jurídico é o da responsabilidade subjetiva (art. 159 do CC/1916 e art. 186 do atual diploma), que se funda na teoria da culpa, ou seja, para que haja dever de indenizar é necessária a existência do dano, onde se inclui o moral, além do nexo de causalidade entre o fato e o dano, e a culpa *lato senso* (dolo, imprudência, negligência ou imperícia) do agente.

Na hipótese dos autos, o contexto probatório se apresentou suficiente para demonstrar, com a necessária segurança e imparcialidade, a culpabilidade exclusiva do réu pelo evento danoso, o que torna de rigor a manutenção do decreto condenatório.

Atestada a incapacidade laboral total e permanente (fls. 199), é de ser mantida a condenação ao pagamento de pensão mensal.

Os valores condenatórios relativos aos prejuízos materiais não restaram impugnados e também merecem ser mantidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
São Paulo

30ª Câmara de Direito Privado

Os danos morais evidentemente existiram, pois ínsitos ao sofrimento psicológico experimentado pelo autor em decorrência das deformidades sofridas.

O *quantum* indenizatório foi arbitrado com razoabilidade, levando-se em consideração o grau do prejuízo experimentado e as condições socioeconômicas das partes.

Ante o exposto, nego provimento ao apelo.

MARCOS RAMOS
Relator
Assinatura Eletrônica